

**LISTA DE EXERCÍCIOS 6 – TRIBUTOS PATRIMONIAIS**

1. CETRO/2017 (adaptada) – Um procurador autárquico comparece ao Cartório de Registro de Imóveis requerendo cópias atualizadas das matrículas dos imóveis de titularidade da autarquia, quais sejam: imóvel da sede, imóveis locados e lotes não edificados. Segundo o procurador, as matrículas seriam utilizadas em uma defesa administrativa referente a eventual lançamento de IPTU à autarquia que tem o ônus da prova da afetação do imóvel. Tomando-se por base esses dados, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Incide IPTU sobre todos os imóveis em nome da autarquia.
- b) Incide IPTU sobre os imóveis locados em nome da autarquia ainda que a renda esteja relacionada à finalidade essencial dela.
- c) Incide IPTU sobre os imóveis locados que não atendem à finalidade essencial da autarquia e lotes não edificados em nome da autarquia.
- d) Incide IPTU sobre os imóveis locados e os lotes não edificados em nome da autarquia em qualquer circunstância.
- e) Incide IPTU apenas sobre o imóvel sede da autarquia.

2. FGV/2018 (adaptada) – Determinado Estado da Federação cedeu um imóvel de sua propriedade à pessoa jurídica de direito privado ABC, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa CORRETA.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista a imunidade recíproca das pessoas de direito público, princípio garantidor da Federação e cláusula pétreia.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que o Estado é isento do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e o Estado, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que o Estado não é sujeito passivo da exação.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

3. 3) FGV/2014 (adaptada) – Na transmissão inter vivos, por ato oneroso, de direitos reais, juridicamente identificados como penhor, anticrese e enfiteuse, com relação ao imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis, há respectivamente:

- a) incidência, incidência e incidência;
- b) não-incidência, incidência e não-incidência;
- c) incidência, não-incidência e incidência;
- d) incidência, incidência e não-incidência;
- e) não-incidência, não-incidência e incidência.

4. FMP-Concursos/2014 – A partilha de um único imóvel de um casal, pelo regime da comunhão universal de bens, quanto ao ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis:
- sofre incidência do ITBI sobre o valor de 100% da avaliação do imóvel partilhado.
  - sofre incidência do ITBI sobre 50% da avaliação do imóvel.
  - não sofre incidência, pois cada cônjuge já era proprietário de sua metade, não havendo nenhuma transferência de patrimônio.
  - sofre incidência do ITBI sobre 25% do valor da avaliação do imóvel.
  - Nenhuma das respostas anteriores.
5. CESPE/2019 (adaptada) – De acordo com as limitações constitucionais ao poder de tributar, a fixação da base de cálculo do IPVA se submete à:
- anterioridade nonagesimal, sem necessidade de observância da anterioridade anual.
  - anterioridade anual, sem necessidade de observância da anterioridade nonagesimal.
  - anualidade, sem necessidade de observância da anterioridade nonagesimal.
  - anualidade e à anterioridade anual, sem necessidade de observância da anterioridade nonagesimal.
  - anterioridade anual e à anterioridade nonagesimal, sem necessidade de observância da anualidade.
6. FCC/2018 (adaptada) – Em 16 de novembro de 2016 foi publicada lei estadual, que produziu efeitos a partir da data de sua publicação, e que alterou a lei do IPVA de um determinado Estado brasileiro. As alterações promovidas implicaram a fixação da:
- alíquota das motocicletas em percentual superior ao anteriormente fixado.
  - alíquota dos veículos de carga, tipo caminhão, em percentual inferior ao anteriormente fixado.
  - base de cálculo de veículos de passeio importados do exterior, em valor superior ao anteriormente fixado.

De acordo com a disciplina constitucional, a norma relacionada com a situação mencionada acima, no item:

- I já pôde ser aplicada desde 16 de novembro de 2016.
- I já pôde ser aplicada desde 1º de janeiro de 2017.
- II só pôde ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2017.
- III só pôde ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2017.
- III só pôde ser aplicada a partir de 15 de fevereiro de 2017.

7. FCC/2018 (adaptada) – De acordo com a Constituição Federal, o Estado de São Paulo será sujeito ativo da obrigação tributária principal, relativamente ao ITCMD, na:
- transmissão causa mortis de bem imóvel localizado no Distrito Federal, quando o inventário seja processado no Município de Cravinhos/SP.
  - transmissão, por doação, de um terreno localizado no Município de Araçatuba/SP, sendo que o doador tem domicílio e residência no Município de Três Lagoas/MS e o donatário tem domicílio e residência no Distrito Federal.
  - transmissão causa mortis de veículo automotor localizado no Distrito Federal, quando o inventário seja processado no Distrito Federal, mas o legatário deste bem seja domiciliado no Município de Ribeirão Preto/SP.
  - transmissão onerosa de um apartamento localizado no Município de Campinas/SP, sendo que o alienante tem domicílio e residência no Município de Osasco/SP, e o adquirente tem domicílio e residência no Distrito Federal.
  - transmissão, por doação, da propriedade de rebanho localizado em fazenda do Município de Andradina/SP, sendo que doador e donatário têm domicílio e residência no Distrito Federal.
8. FCC/2016 (adaptada) – Rafael, domiciliado em Cuiabá/MT, no ano de 2014, era proprietário de uma fazenda de gado nos arredores de Campo Grande/MS. Um ano antes de sua morte, doou 200 cabeças a seu primo Francisco, domiciliado em Rio Branco/AC, que as aceitou de bom grado, restando ao doador outras 300 cabeças. Seis meses antes de falecer, Rafael mudou seu domicílio, de Cuiabá para Porto Velho/RO, cidade em que acabou vindo a falecer, em 2015, e onde se processou o inventário judicial dos únicos bens que deixou: a fazenda e as 300 cabeças de gado. De acordo com a Constituição Federal, o ITCMD incidente sobre a transmissão:
- por doação das 200 cabeças é devido ao Acre.
  - causa mortis da fazenda é devido a Mato Grosso.
  - por doação das 200 cabeças é devido a Mato Grosso do Sul.
  - por doação das 200 cabeças é devido a Mato Grosso.
  - causa mortis da fazenda e das 300 cabeças é devido a Mato Grosso do Sul.
9. NC-UFPR/2019 (adaptada) – O ITR (Imposto Territorial Rural) é de competência da União. Há casos, entretanto, em que os Municípios ficam responsáveis pela sua arrecadação. Levando em consideração os dados apresentados, assinale a alternativa CORRETA.
- O ITR tem como hipótese de incidência a propriedade territorial rural, incidindo, portanto, até mesmo sobre pequenas glebas rurais quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel.
  - O ITR será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a atender a capacidade contributiva.
  - A União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, poderá celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios que assim optarem, visando a delegar as atribuições de fiscalização, exceto as de lançamento dos créditos tributários, e as de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
  - O ITR será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
  - O ITR não incide sobre o imóvel declarado de interesse social para fins de reforma agrária.

10. IESES/2014 (adaptada) – São imunes do Imposto Territorial Rural, desde que atendidos os requisitos constitucionais e legais:

- I. Os imóveis rurais de instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.
- II. A pequena gleba rural.
- III. Os imóveis rurais de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- IV. A propriedade rural desapropriada por utilidade ou necessidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária até a data da perda da posse pela imissão prévia ou provisória do Poder Público na posse.

A sequência CORRETA é:

- a) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- b) Apenas a assertiva IV está correta.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Nenhuma das assertivas estão corretas.